

## RIOLUZ

# Campanha Salarial de 2015 começa com pesquisa. Venha participar!

A demora na negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do ano passado acendeu o alarme: a direção do Sintergia está convocando a categoria para Assembleia em que será avaliada para deliberação a pré-pauta que, uma vez aprovada, será transformada no instrumento que representa nossas expectativas.

Antes da própria Assembléia, é fundamental que cada companheiro(a) prepare sua contribuição e a apresente na Assembleia, enriquecendo a pauta e garantindo que ela represente a totalidade da categoria.

A Assembleia que aprova a pauta de reivindicações é fundamental, porque demonstra o interesse de trabalhadores(as) em relação ao ACT e a sua capacidade de mobilização.

O que não dá é se ausentar, passar a res-

ponsabilidade para quem comparece à Assembleia e aparecer meses depois criticando quem tem demonstrado interesse no futuro da categoria.

As contribuições para a pauta podem ser enviadas por e-mail para o diretor Jorge Viana: sharonjviana@yahoo.com.br ou seguranca@sintergia-rj.org.br e, nesse caso, seriam inseridas na pré-pauta a ser apresentada na Assembleia.

Mas vale ressaltar que a pauta definitiva será aquela aprovada em Assembleia após discussão democrática em que cada um tem direito a voz e voto.

Você pode fazer a diferença. Venha!

Traga um(a) companheiro(a) de setor.

Vamos trabalhar pela unidade de categoria e lutar, juntos, por um ACT digno.

A luta continua!

## ASSEMBLEIA

**Dia 27 de janeiro de 2015, às 18 horas**  
**No Auditório do Sintergia**  
**Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar**

Visite nosso site: [www.sintergia-rj.org.br](http://www.sintergia-rj.org.br)

# Centrais lançam nota em defesa do emprego

Medidas Provisórias do Governo Federal (MP 664 e MP 665) editadas na virada do ano, sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras que, em nome de “corrigir distorções e fraudes”, atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas.

As medidas incluídas nas duas MPs mencionadas prejudicam os trabalhadores ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego com a exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses anteriores à dispensa, num país em que a rotatividade da mão de obra é intensa, bloqueando em particular o acesso de trabalhadores jovens a este benefício social. As novas exigências para a pensão por morte penalizam igualmente os trabalhadores: enquanto não se mexe nas pensões de alguns “privilegiados”, restringem o valor do benefício em até 50% para trabalhadores de baixa renda.

As Centrais Sindicais condenam não só o método utilizado pelo Governo Federal, que antes havia se comprometido a dialogar previamente eventuais medidas que afetassem a classe trabalhadora, de anunciar de forma unilateral as MPs 664 e 665, bem como o conteúdo dessas medidas, que vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas.

As medidas, além de atingirem os trabalhadores e trabalhadoras, vão na direção contrária da estruturação do sistema de seguridade social, com redução de direitos e sem combate efetivo às irregularidades que teriam sido a motivação do governo para adotá-las. Desta maneira, as Centrais Sindicais entendem que as alterações propostas pelas MPs terão efeito negativo na política de redução das desigualdades sociais, bandeira histórica da classe trabalhadora.

As Centrais Sindicais farão uma reunião com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República no dia 19 de janeiro, em São Paulo, na qual solicitarão formalmente a retirada das referidas medidas pelo Poder Executivo e apresentarão suas propostas.

As Centrais Sindicais também expressam sua total solidariedade à luta contra as demissões de trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen e Mercedes Benz ocorridas também na virada do ano e consideram que a sua reversão é uma questão de honra para o conjunto do movimento sindical brasileiro. As Centrais Sindicais consideram inaceitável que as montadoras, empresas multinacionais que receberam enormes benefícios fiscais do governo e remeteram bilhões de lucros às suas matrizes no exterior, ao primeiro sinal de dificuldade, demitam em massa.

As Centrais Sindicais também exigem uma solução imediata para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das empreiteiras contratadas pela Petrobrás; defendem o combate à corrupção e que os desvios dos recursos da empresa sejam apurados e os criminosos julgados e punidos exemplarmente. No entanto, não podemos aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha, nem sua política industrial fundamentada no conteúdo nacional, e, muito menos, para inviabilizar a exploração do Pré-Sal. As Centrais também não aceitam que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam prejudicados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo.

Por fim, as Centrais Sindicais convocam toda sua militância para mobilizarem suas bases e irem para ruas de todo país no próximo dia 28 de Janeiro para o Dia Nacional de Lutas por emprego e direitos. Conclamam, da mesma forma, todas as suas entidades orgânicas e filiadas, de todas as categorias e ramos que compõem as seis centrais, a participarem ativamente da 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, prevista para 26 de Fevereiro, em São Paulo, para darmos visibilidades às nossas principais reivindicações e propostas.

**São Paulo, 13 de Janeiro de 2014.**